



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 134/2019

PROPONENTE: Deputado CARLINHOS BESSA

RELATORA: Deputada ALESSANDRA CAMPÊLO

“ESTABELECE a criação do Calendário de Produção da Agricultura Familiar do Estado do Amazonas e dá outras providências.”

I. RELATÓRIO

O Deputado Carlinhos Bessa, no uso de suas atribuições parlamentares, apresentou o PROJETO DE LEI Nº. 134/2019, que estabelece a criação do Calendário de Produção da Agricultura Familiar do Estado do Amazonas e dá outras providências.

O objetivo da referida iniciativa é incentivar o consumo dos produtos da estação oriundos da agricultura familiar em restaurantes e residências, no Amazonas, visando assim, dar destaque para os produtores rurais do Estado.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 21, 26 e 27 de março de 2019 e não recebeu emendas ou substitutivo.

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para apreciação da matéria, tendo recebido PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Finanças Públicas, em 14 de maio de 2019, para emissão de Parecer acerca da matéria, nos termos do art. 26, inciso II¹, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

¹ “Art. 26. A competência das Comissões abrange de forma ampla assuntos correlatos às áreas temáticas listadas no art. 27 deste Regimento, compreendendo os seguintes procedimentos incidentes sobre as respectivas atribuições:



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS



É o Relatório.

Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, é oportuno salientar que compete à Comissão de Assuntos Econômicos observar as despesas, receitas, orçamento e crédito do Estado do Amazonas, conforme observado o disposto no artigo 27, inciso II², do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas,

Nesse sentido, após verificar as questões abrangidas pelo Projeto ora analisado, entendo não haver qualquer óbice ao ingresso da presente propositura no ordenamento jurídico estadual.

O Projeto de Lei apresentado pelo Nobre Deputado não incumbe despesas ao Governo do Estado, tampouco onera o serviço público já existente.

Além disso, quando e se de sua regulamentação e introdução na administração pública estadual, o Executivo virá a examinar seus custos, de modo que o presente Projeto, por si não gera despesas imediatas ao Executivo estadual.

II - emissão de parecer, discutir e votar proposições;"

² "Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

II - Comissão de Assuntos Econômicos – CAE,

- a) matérias financeiras, tributárias, orçamentárias, empréstimos públicos, dívida interna e externa;
- b) análise de compatibilidade e adequação de proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- c) tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal;
- d) acompanhamento trimestral da execução orçamentária, analisando o perfil dos dispêndios e a observância dos percentuais legalmente estabelecidos para cada área da gestão pública;
- e) contas do Governador do Estado, dos Poderes e órgãos da Administração Pública estadual direta e indireta e de todos aqueles que gerenciem bens ou recursos públicos, notadamente quando houver indício de ilicitude;
- f) defesa dos direitos do contribuinte."



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS



Portanto, ao que compete a esta Comissão apreciar, e em sintonia com o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento, na forma regimental.

III. VOTO

Em face do exposto, diante da relevância do tema, concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 134/2019.

**S.R. DA COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 21 de maio de 2019.


ALESSANDRA CAMPÊLO
RELATORA
DEPUTADA ESTADUAL
MDB



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Deputado Estadual Ricardo Nicolau - PSD

Comissão de Assuntos Econômicos (C.A.E)

CERTIDÃO DE VOTAÇÃO

PROJETO N. 134 /2019

AUTOR (A): DEPUTADO (A) Barbieros Bessa



A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM RESOLVE, por ☒ unanimidade [] maioria de votos, resolve ☒ APROVAR [] REJEITAR o parecer apresentado pelo Relator, às fls. Retro, culminando no ☒ PROSSEGUIMENTO [] ARQUIVAMENTO da proposição em epígrafe.

Na hipótese de parecer rejeitado, fica desde já designador como novo relator, nos termos do art. 43, V do Regimento Interno da ALEAM, o (a) Deputado 9ª) _____

Manaus – AM, 28 / 05 /2019

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE
DEPUTADO RICARDO NICOLAU – PSD

DEPUTADO (A) _____
RELATOR

Deputado SAULLO VIANNA – PPS
Vice-Presidente

[Assinatura]

Deputado Serafim Corrêa – PSB
Membro

[Assinatura]

Deputada Alessandra Campêlo – MDB
Membro

[Assinatura]
Wilker Barreto - PHS
Membro

[Assinatura]
Belarmino Lins - PP
Suplente

[Assinatura]
Felipe Souza - PATRIOTA
Suplente

Roberto Cidade – PV
Suplente